NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: contexto de crise e desmonte das políticas educacionais

NEOLIBERALISM AND HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: context of crisis and dismantling of educational politics

Ivana Aparecida Weissbach Moreira[1]
Thiane Cristina Bavaresco[2]
Vilmar da Silva[3]

Resumo: O presente trabalho justifica-se pela necessidade de aprofundamento crítico acerca do ideário neoliberal e suas repercussões na educação, a partir dos programas de governo da esfera federal, concretizados pelas regulamentações e políticas públicas educacionais. Discute a educação superior a partir do processo de ampliação do ensino e seus impasses. Aponta retrocessos na realidade brasileira contemporânea e aspectos contraditórios em relação aos avanços conquistados nas políticas educacionais, refletindo sobre seus rebatimentos diante dos cortes de financiamento na educação, especialmente a partir da aprovação da EC 95. Face aos apontamentos do texto, as condições políticas e a gestão do financiamento da educação necessitam romper com a estrutura de precarização e sucateamento, trazendo mais efetividade ao cumprimento das finalidades propostas ao ensino superior para o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Políticas Públicas.

Abstract: The present work is justified by the need for a critical deepening about the neoliberal intentions and their repercussions on education, from the government programs at the federal level, concretized by the educational regulations and public politics. It discusses higher education from the process of expanding education and its impasses. It points out setbacks in the contemporary Brazilian reality and contradictory aspects in relation to the advances achieved in educational policies, reflecting on its repercussions in the face of funding cuts in education, especially after the approval of EC 95. In view of the text's notes, the political conditions and the management of education financing need to break with the structure of precariousness and scrapping, bringing more effectiveness to the fulfillment of the proposed purposes of higher education for the country's development.

Keywords: Education; Neoliberalism; Public politics.

[1] Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF. E-mail: ivana@utfpr.edu.br
[2] Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: thianebavaresco@hotmail.com
[3] Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: vilmarsilva@utfpr.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A realidade educacional brasileira constitui-se de descompassos em relação às condições de acesso e permanência nas políticas educacionais, evidenciando a necessidade de debate e de uma agenda política. O contexto histórico permeado pelas transformações societárias ocorridas no Brasil a partir da década de 1990, consequências do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, provocaram alterações na sociedade, devido às mudanças operadas no âmbito do trabalho e que também repercutem nos direitos sociais, nas políticas sociais e na educação superior.

Pode-se afirmar que o projeto neoliberal objetiva naturalizar o capitalismo e as desigualdades sociais, atuando na restrição dos direitos sociais da classe trabalhadora, a partir da compreensão de que as conquistas sociais se tornam impeditivos para a liquidez financeira do Estado, acarretando no desmonte do sistema público de proteção social.

Nesse sentido, as novas configurações estruturais do capitalismo ocasionaram alterações substantivas no âmbito do mundo do trabalho e no realinhamento do Estado com o avanço do neoliberalismo: as novas reconfigurações do trabalho e as estratégias neoliberais passaram a estabelecer condições contraditórias nas mais diversas instituições sociais no Brasil, inclusive as educacionais.

A educação superior no Brasil adquire maior destaque na agenda pública no processo de ampliação e potencialização da economia, com o objetivo de formar indivíduos com funcionalidades à serviço do mercado, que se apresenta cada vez mais mundializado. A expansão da educação ocorreu a partir das necessidades específicas do capital: a subordinação da ciência à lógica mercantil; a constituição de novos campos de lucratividade; e a construção de estratégias de obtenção de consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade em tempos de neoliberalismo (LIMA, 2013). Resguardadas as devidas contradições, é inegável a ocorrência da expansão do acesso ao ensino superior ocorrido recentemente.

Nas últimas décadas, alguns programas governamentais na esfera federal se propuseram à expansão do ensino superior brasileiro, como o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI),

promovido no âmbito das universidades federais; e o Programa Universidade para todos (PROUNI), destinado à utilização de vagas em instituições superiores privadas por meio de bolsas.

Contudo, a partir da aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (BRASIL, 2016) o financiamento público da educação, em todos os seus níveis de ensino, está limitado pelos próximos vinte anos, com estimativas de muitas perdas e redução no investimento para as áreas sociais. Sendo assim, consolidou-se um forte processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação.

Notadamente, as configurações políticas, de gestão e de financiamento público para a educação requerem uma análise profunda e multidimensional em face ao desmonte das políticas públicas, e da pressão política dos agentes para a redução com os gastos públicos, especialmente com a educação.

A partir desse contexto, este estudo se propõe a tecer uma análise teórica das influências neoliberais na educação, a fim de fomentar e contribuir com a interpretação dos nexos e determinantes dessas relações. Observa-se, nesse cenário, a necessidade de uma reflexão crítica e propositiva às investidas do capital, presentes nos programas de governo e na política de educação, sob influência do neoliberalismo.

O estudo, de natureza qualitativa, trabalha com o universo dos significados e das relações mais profundas dos processos e dos fenômenos, sem reduzi-los à simples operacionalização das variáveis e ancorou-se no método dialético, de modo especial na categoria *contradição*. Quanto à natureza das fontes, a metodologia de construção deste trabalho caracteriza-se como bibliográfica, sendo baseada em diferentes fontes de estudo e de pesquisas (SEVERINO, 2007).

Em uma sociedade desigual como a brasileira, que demanda a ação do Estado por meio de políticas públicas, o financiamento público da educação é um elemento fundamental na garantia do direito à educação. Desta forma, busca-se imergir criticamente acerca dos pressupostos neoliberais e seus impactos na educação, além de discutir a crise e o desmonte das políticas educacionais, refletindo sobre seus rebatimentos diante dos cortes de financiamento da educação, especialmente a partir da aprovação da EC 95/2016.

2. O CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL

Historicamente, o modo de produção capitalista enfrenta períodos cíclicos de ascensão de seu desenvolvimento, resultando em crises no próprio sistema, as quais apresentam períodos alternados de progresso, seguidos de depressão. As transformações societárias, ocorridas a partir de 1990 no Brasil no modo de reprodução do capital, são essenciais para compreender as alterações realizadas na educação superior, de modo a situá-la no contexto do capitalismo contemporâneo (BAVARESCO, 2020).

Netto e Braz (2012) apontam que a crise de acumulação do capital, ocorrida no cenário internacional no início da década de 1970, suscitou no declínio e na estagnação dos ritmos de crescimento das economias capitalistas, gerando a redução das taxas de lucro que permanecem até os dias atuais, pois "[...] as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas" (2012, p. 226).

Frente à recessão generalizada que o capitalismo monopolista vivenciou neste período e ao seu comportamento brutal na sociedade mundial, foram impostas mudanças na sua forma de organização com vistas à sua manutenção. Netto e Braz (2012) referem que estas alterações se deram por meio de um conjunto de ações e iniciativas para a reestruturação do seu ciclo de reprodução, baseadas no tripé da reestruturação produtiva, da financeirização e da ideologia neoliberal.

Estas transformações efetivadas pelo capitalismo, ocorridas a partir da década de 1970 a nível mundial, incidiram no Brasil, devido ao seu desenvolvimento tardio, principalmente a partir dos anos 1990. Os objetivos são a reversão da taxa de lucro e a renovação das circunstâncias para a exploração da força de trabalho, priorizando a retirada de direitos sociais duramente conquistados, e a destruição das garantias relacionadas ao trabalho, a exemplo do que ocorre no Brasil (BAVARESCO, 2020).

Para fundamentar a aspiração do grande capital de eliminar qualquer impedimento para a realização dos seus anseios, estimulou-se amplamente a ideologia neoliberal, que compreende:

> [...] uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos

> privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238, grifos dos autores).

Assim sendo, o pensamento neoliberal valida justamente o projeto capitalista monopolista, buscando acabar com as limitações sociopolíticas que restringem a sua liberdade de movimentar-se. A mundialização capitalista faz com que essas dinâmicas atravessem fronteiras e continentes, contribuindo para a reconfiguração dos estados nacionais, tanto em países centrais quanto da periferia do sistema, com efeitos e impactos diferenciados, permeados pelas realidades particulares de cada país e de sua formação social e econômica.

Um dos principais focos é a intervenção do Estado na economia, sendo que o Estado é demonizado pelos neoliberais e exposto como algo que precisa ser enxugado, que necessita de reforma, porém o Estado deve ser mínimo para os trabalhadores "[...] e máximo para o capital" (NETTO; BRAZ, 2012, p. 239), pois o capitalismo não funciona sem a intervenção do Estado.

As definições orçamentárias justificam as prioridades dos governos, sustentada na crítica à organização dos serviços públicos que são pautados pelos princípios da universalidade e da gratuidade, conforme as legislações vigentes. Segundo a ideologia neoliberal, os serviços públicos ampliam em demasiado o gasto estatal, citando, inclusive, as folhas salariais dos trabalhadores públicos, que segundo esse pressuposto, são excessivas.

Nesta perspectiva, ocorre uma inversão, pois o gasto com as políticas públicas passa a ser compreendido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado. Em função dos ajustes fiscais neoliberais ocorre a redução da autonomia nacional, devido ao compromisso assumido com a lógica financeira do grande capital internacional, com a redução de despesas, de atendimentos, restrição de meios financeiros, materiais e humanos (IAMAMOTO, 2014).

Conforme sinaliza Raichelis (2020, p. 32), presencia-se um movimento no qual:

> O Estado neoliberal assume a forma de um "governo empresarial" e impõe a mercadorização da instituição pública, que funciona de acordo com regras empresariais da governança público-privada [...]. Ao mesmo tempo, essa lógica privatista do Estado neoliberal afetou também a imagem do/a trabalhador/a do Estado junto à população e à opinião pública, instalando-se

> um clima desfavorável à recomposição e expansão da força de trabalho na administração pública.

Os trabalhadores do setor público, são colocados como “inimigos” da população brasileira, a partir de propostas sob a lógica neoliberal que não poupa esforços para fazer a sociedade acreditar que estes trabalhadores usufruem de privilégios e são responsáveis pela adversidade econômica em que o país se encontra (RAICHELIS, 2020). Sobre esse aspecto, Raichelis (2020) identifica, ainda, a existência de alterações nas formas de emprego e gestão da força de trabalho e dos processos produtivos; o elevado estímulo à flexibilização de contratos; assim como a procura por trabalhadores polivalentes, multifuncionais e colaborativos, típica das relações de trabalho que se reconfiguram na atualidade.

No Brasil, a implementação da ideologia neoliberal, prescrita a partir do Consenso de Washington[i], foi amplamente propagada pelos organismos internacionais - especialmente o Banco Mundial, para a flexibilização do regramento voltado ao trabalho e à desregulamentação de direitos, ampliado também pela mundialização do capital. Neste sentido, a frágil situação do trabalho em nosso país acentuou-se ainda mais, com alterações que geraram “[...] a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo” (ANTUNES, 2012, p. 47).

As reflexões acerca das sociedades contemporâneas comportam um conjunto de elementos complexos que sugerem pensar os projetos societários em curso. Atualmente, devido ao acirramento do neoliberalismo, o termo "ultraneoliberalismo", utilizado pelas autoras Josiane Soares dos Santos e Marilda Vilela Iamamoto, reafirma a condução de políticas governamentais voltadas para a criminalização das formas de oposição, recessão econômica e aprofundamento da "questão social".

A partir da mudança significativa do capitalismo desde as últimas duas décadas do século XX, novas relações se estabelecem e, com a intensificação do neoliberalismo, percebe-se uma progressiva destruição dos pressupostos democráticos. Assim, pensar o neoliberalismo, seu surgimento e suas peculiaridades, permite refletir sobre seus impactos, especialmente nas políticas públicas.

O aprofundamento dos pressupostos do neoliberalismo amplia a perspectiva de abordagem, pois este não é apenas concebido como uma ideologia, mas também como uma economia política e instauradora de uma nova racionalidade e de novos modos de vida. Dito de outra maneira, funciona como uma norma que passa a afetar todas as esferas da vida e até mesmo nossa existência enquanto sociedade. Essa questão, portanto, mostra-se preocupante diante da forma como governantes e governados passam a estabelecer suas condutas com base nesses pressupostos (MOREIRA, 2019).

De acordo com Dardot e Laval (2016), o contexto mais recente da crise que atingiu a economia global e cujos efeitos ainda são perceptíveis, explicitam esta conexão e o sentido político como uma das formas de se pensar a crise para além de uma saída à maneira do *status quo*, ainda como resultante da crítica aos elementos que a conduziram. Assim, a contribuição dos autores vem no sentido de apresentar uma descrição do neoliberalismo distinta das análises que foram produzidas nos últimos anos.

Portanto, o diagnóstico arriscado, ainda em meio às turbulências atuais, prova o fortalecimento das políticas de austeridade e as enormes dificuldades para a construção de alternativas efetivas ao neoliberalismo, mesmo depois da crise:

> As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo. O sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até menos neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando. A esquerda somente poderá tirar partido disso se souber remediar a pane de imaginação que vem sofrendo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

A crítica à ideia segundo a qual o neoliberalismo é algo suscetível de ser derrubado com uma crise econômica, propõe a reflexão sobre o aprofundamento e o fato do neoliberalismo ameaçar a destruição do imaginário no sistema democrático. Esta situação que se centra numa “pós-democracia” ou “a-democracia” sugere a expressão da (des)democratização como uma saída progressiva da democracia e de como o neoliberalismo se constitui numa nova racionalidade (MOREIRA, 2019).

A reflexão está para além de uma teoria econômica ou uma ideologia imposta aos indivíduos, mas como a própria razão que institui os sujeitos. A subjetivação neoliberal estrutura a conduta e a organização da sociedade em nível global e local, dado que supera a esfera econômica, englobando todas as dimensões do ser humano, condicionando o ser, o estar e o fazer no mundo. Traduz-se, então, numa “razão-mundo” (MOREIRA, 2019).

Isto posto, devido às políticas neoliberais, a ampliação do Estado brasileiro na direção da defesa dos interesses do capital, em detrimento das necessidades do trabalho, ocasionou reconfigurações nas relações de trabalho, nos direitos, nas intencionalidades e no alcance das políticas sociais (RAICHELIS, 2013), dentre elas, a política de educação e, especialmente, as modificações na educação de nível superior.

3. CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O direito à educação no Brasil teve um significativo avanço nas últimas décadas, tanto pela promulgação da Constituição Federal (CF/1988) de 1988, quanto pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (LDBEN), consolidando um marco na evolução das normativas brasileiras referentes à educação, em suas variadas modalidades e níveis.

A CF/1988 tem no bojo do artigo 205, nitidamente descrito o papel do Estado com referência à educação no país:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Essa definição, somada ao artigo 43 da LDBEN, busca delinear o papel do Estado e as finalidades com que o ensino superior no Brasil deveria ser aperfeiçoado, para o desenvolvimento socioeconômico da população e do país, a partir da universalização e do acesso à educação.

Neste sentido, mesmo que a sociedade brasileira já tenha fundamentado ao longo do tempo as regras relacionadas à expansão e qualificação da educação, foi a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme Saviani (2010), que a educação superior no Brasil começa a ganhar mais espaço na agenda governamental, no processo de ampliação e potencialização da economia. Contudo, neste processo se mantém o objetivo de formar indivíduos para serem úteis às necessidades de expansão do capital, que se apresenta cada vez mais mundializado e à serviço do mercado.

Nos primeiros anos do primeiro mandato do governo Lula (iniciado em 2003), evidenciou-se a necessidade de ampliação de vagas e do acesso à educação superior, uma vez que o número de jovens que frequentavam o ensino público no Brasil era reduzido (SAVIANI, 2010), conforme já apontavam os índices apresentados no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No ano de 2007 o governo federal instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o intuito de expandir vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES), a criação de novas instituições e a abertura de novos *campi*, demonstrando, assim, a retomada de um certo nível de investimento nas universidades federais (MOREIRA; BAVARESCO; SILVA, 2021).

No mesmo ínterim, também houve o estímulo da expansão da rede superior de ensino por meio da iniciativa privada, que contribuiu para um processo rápido de expansão de vagas e de instituições, especialmente com a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), destinado à utilização de vagas em instituições superiores privadas por meio de bolsas, tornando-se uma solução rápida e de baixo custo de investimento diante do problema de vagas ociosas, enfrentado por várias dessas instituições (SAVIANI, 2010).

Assim, a priorização do ensino superior no Brasil promoveu uma ruptura com práticas anteriormente adotadas pelo governo federal, especialmente ligadas ao acesso e permanência nas IFES. Esta ampliação possibilitou, mesmo que de forma enviesada, a destinação de mais recursos, mudanças curriculares, contratação de profissionais docentes e técnicos administrativos, além da implementação de programas de apoio e Assistência Estudantil nas IFES, especialmente após a publicação do decreto que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (MOREIRA; BAVARESCO; SILVA, 2021).

A partir destes programas governamentais na esfera federal, o ingresso de estudantes pertencentes à classe trabalhadora aumentou consideravelmente e, consequentemente, a procura pelas ações de Assistência Estudantil. Considerando as dez áreas de abrangência do PNAES (BRASIL, 2010), quais sejam: alimentação, moradia, transporte, creche, inclusão digital, esporte, saúde, cultura, apoio pedagógico e inclusão de estudantes com deficiência física e déficit de aprendizagem, este programa constitui-se em um importante mecanismo de acesso a direitos sociais básicos dos estudantes para que tenham condições qualificadas de permanência nas IFES.

Contudo, proporcionar a ampliação do acesso da classe trabalhadora nas IFES, por meio das ações descritas anteriormente, não elimina os entraves relacionados com as dificuldades socioeconômicas dos estudantes, que podem comprometer a permanência destes nas instituições. Os avanços ocorridos não foram suficientes, pois apesar do aumento na oferta de vagas na educação superior, a questão da melhoria da qualidade do ensino, por meio de investimentos na formação, capacitação e reconhecimento dos profissionais que atuam na esfera federal de ensino com salários dignos, por exemplo, não teve o mesmo empenho governamental.

Essa questão se mostra mais evidente por conta do sucateamento da educação e o perceptível descaso nos dois últimos governos brasileiros. A partir de 2016, ocorrem mudanças políticas significativas no Brasil, sendo lançada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, instaurada na Câmara Federal e PEC 55 no Senado Federal. Aprovadas as propostas de emenda à Constituição, foi promulgada em 15/12/2016 a Emenda Constitucional 95, que instituiu um novo regime fiscal,

congelando os investimentos nas políticas públicas pelo período de vinte anos e revogando a vinculação das despesas com saúde e educação aos percentuais da receita líquida da União.

Denominada por muitos como a “PEC da morte”, a emenda traz como propostas deste novo regime fiscal, que prevê que os investimentos futuros sejam baseados nos mesmos valores de 2017, sem considerar aspectos como o crescimento populacional e as demandas sociais pela ampliação do acesso a serviços (MACIEL, 2020). Destaca-se, ainda, que a lógica privatizante foi aprofundada e ampliada durante o governo de Michel Temer – após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016 –, conduzindo uma pesada contrarreforma do Estado e da educação superior no período de 2016 a 2018.

Diante da ofensiva neoliberal e da nova conjectura política no Brasil, forjaram-se as condições objetivas para implantação de propostas de retirada de direitos e a priorização do mercado em detrimento dos investimentos nas políticas públicas, principalmente nas áreas da saúde e educação (MACIEL, 2020).

Neste cenário, em 2018, ocorreu nova eleição no Brasil e uma nova gestão federal assume o país. Uma conquista da ofensiva “ultraconservadora” que se deu como uma resposta reacionária aos governos anteriores (2003-2016) cujas ações pautavam-se no acesso dos trabalhadores às políticas focalizadas e na diminuição da pobreza (ainda que implantadas dentro da ordem vigente, por meio de concessões com a parcela dominante) (MACIEL, 2020). Tendo na sua plataforma e assessoria de governo defensores da expansão neoliberal, incorporou fortemente a EC 95/2016, contribuindo para a retirada de recursos, tanto de investimento quanto de manutenção das universidades públicas federais.

Conforme aponta Lima (2020, p. 61-62), embora tenham ocorrido lutas da classe trabalhadora contra a sua aprovação, “Além do congelamento na alocação das verbas públicas para as políticas públicas, a EC 95/2016 congela os reajustes salariais de funcionários públicos e a realização de concursos públicos”. Outro ponto que se relaciona a partir da adoção da referida emenda pelo governo federal é o fortalecimento do setor privado em consequência da redução do investimento público

alocado para a educação superior pública, pois não prevê tal congelamento para o setor privado.

Nessa mesma seara, os cortes orçamentários atingem mais do que os investimentos de capital e custeio, suprimindo o investimento em pessoal e cortes significativos para ciência, tecnologia e inovação, que acabam causando descontentamento dos trabalhadores em atuar na educação superior pública. Somado a estes fatos, a criação, desenvolvimento e execução de inúmeros projetos acadêmicos e científicos são inviabilizados, seja pela falta de investimento ou, ainda, pelos cortes das bolsas de incentivo às pesquisas.

De acordo com Cella (2019), até 2016, os totais de recursos investidos pelo governo federal em educação chegaram a superar os valores mínimos estipulados pela CF/1988, que é de 18%, buscando garantir a educação pública como direito social que deve ser assegurado pelo Estado, de forma obrigatória e gratuita. A partir da EC 95/2016, estima-se uma redução de aproximadamente R$ 32,2 bilhões ao longo dos primeiros dez anos. Neste sentido, a autora ainda aponta que:

> O Estado brasileiro vem assumindo um discurso de austeridade em relação ao gasto público, materializado recentemente na aprovação da EC nº 95, de 2016. Em termos concretos, a adoção do teto de gastos vai provocar a compressão das despesas em todas as áreas do orçamento e, como consequência, as áreas sociais tendem a ser gradativamente precarizadas por força do instrumento político que é o orçamento público, tornando o Estado cada vez mais diminuto nos setores em que precisa ser grande para atender o contingente populacional que necessita de sua ação como ente promotor de políticas públicas (CELLA, 2019 p. 212).

Diante do exposto, evidencia-se que ainda que a classe trabalhadora tenha acesso à educação superior, o projeto societário iniciado no século XXI não alterou a gama historicamente constituída de privilégios de uma minoria conservadora. As ações promovidas na atualidade, pela ofensiva burguesa brasileira, demonstram que está em curso uma nova etapa da dualidade educacional, histórica no Brasil, assim como, da mercantilização da educação superior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer considerações acerca da temática apresentada, quanto às ofensivas imprimidas pelo neoliberalismo à educação nos últimos anos, pode-se afirmar que o ensino superior brasileiro se vê em meio a um processo de sucateamento em prerrogativa do avanço neoliberal. Desta forma, os organismos internacionais ao determinarem as reformas que incidem nesse campo, legitimam a configuração da educação superior subsumida à lógica do mercado.

A agenda neoliberal avança fortemente na realidade brasileira, implementada com pouca ou nenhuma mediação para o social, colocando em risco os direitos até então conquistados, incidindo fortemente sobre os direitos sociais, o que repercute nas mais variadas formas no cotidiano da vida social. Isso significa que o processo de expansão da educação superior, ao não encontrar as possibilidades de sua consolidação em bases democráticas, sofre consequências drásticas.

A educação, especificamente, não se configura como prioridade das ações estatais, pois seu caráter formador crítico pode ser considerado como uma ameaça à ordem e à ideologia vigente, tornando-se alvo de suas ofensivas, como se observa a partir da aprovação da EC 95/2016, que minimiza a responsabilidade do Estado na educação superior.

Percebe-se que o tripé ensino, pesquisa e extensão, base da organização das universidades brasileiras, está sob ameaça em função da EC 95/2016, pois as bolsas que financiam as pesquisas realizadas em todos os níveis de graduação e pós-graduação são diminuídas e/ou cortadas. Aliado a isso, há o aumento no investimento em modalidades de bolsas para alunos na rede privada, contribuindo para a ampliação do lucro desta rede. Neste sentido, o sucateamento da rede pública de ensino superior ocasiona perdas significativas na qualidade do ensino, que nem sempre é levada em consideração, prejudicando a formação acadêmica em nível de excelência e que contribua para o pensamento crítico de desenvolvimento humano.

A conjuntura atual exige uma mobilização articulada da classe trabalhadora, na defesa dos direitos conquistados historicamente, visto que a educação, em seu

sentido social, não se restringe apenas aos estudantes, mas configura-se como um direito de cidadania e de resistência frente ao capital (RAICHELIS, 2013).

Contudo, apesar de o Brasil já possuir um arsenal jurídico que define a educação como direito de todos, tal cenário remete ao entendimento de que o ensino superior público está longe de se transformar, de fato, num direito social garantido pelo Estado. Este contexto impõe novos desafios, em termos políticos e educacionais, àqueles que lutam incansavelmente em defesa da educação pública no país, tornando-se fundamental a luta e a garantia da educação pública, gratuita e de qualidade na gênese das proposições das políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A nova morfologia do trabalho no Brasil.** Reestruturação e precariedade. Nueva Sociedad - especial em português, junho de 2012. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

BAVARESCO, T. C. **As condições sócio-ocupacionais do assistente social na Assistência Estudantil:** uma análise a partir da realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). 2020. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 95, de 2016.** Brasília, 2016. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html. Acesso em: 06 ago. 2021.

CELLA, R. **A influência neoliberal no processo de aprovação da Emenda Constitucional nº 95 e o financiamento da educação brasileira.** 2019. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2019.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. 205p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In. PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Orgs.). **Serviço social e educação.** 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 11-34.

LIMA, K. Educação superior brasileira nas primeiras décadas do novo século. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Orgs.). **Serviço Social e Educação.** Uberlândia: Navegando Publicações, p. 45-70, 2020.

MACIEL, D. E. **Serviço social na educação superior**: reflexões sobre o trabalho do/a assistente social nas universidades estaduais do Paraná. 169 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2020.

MOREIRA, I. A. W. **Políticas educacionais e desigualdade social no Brasil:** desafios à inclusão social de adolescentes autores de atos infracionais. 2019. 451 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2019.

MOREIRA, I. A. W.; BAVARESCO, T. C.; SILVA, V. Reflexões sobre o acesso e a permanência na educação superior pública federal. In: MOREIRA, I. A. W.; SENHORAS, E. M. (Orgs.). **Assistência Estudantil no Ensino Superior.** Boa Vista: Editora IOLE, p. 15-43, 2021.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Biblioteca Básica de Serviço Social).

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo: Cortez, n. 116, p. 609- 635, out./dez. 2013.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In*. CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão - volume 2**. Brasília, 2020. 120p.

SANTOS, J. S. O enfrentamento conservador da "questão social" e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, Cortez, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

SAVIANI. D. **"A expansão do ensino superior no Brasil:** mudanças e continuidades". Poíesis Pedagógica, vol. 8, n. 2, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo: Cortez, n. 110, p. 288-322, abr./jun., 2012.

---

[i] Yazbek (2012, p. 302) cita que foi uma "Reunião realizada em novembro de 1989 entre os presidentes eleitos da América Latina e os representantes do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, entre as reformas de cunho neoliberal, prevê a realização de reformas estruturais para a estabilização da economia como as privatizações, a desregulamentação dos mercados, a descentralização e a retomada do desenvolvimento".